

## LITERATURA DE CORDEL: HISTORIOGRAFIA, PRÁTICAS, ARQUIVOS

Rosilene Alves de Melo<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)  
rosileneamelo@gmail.com

### RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a institucionalização da literatura de cordel como campo de estudos no Brasil. A intenção é analisar como os estudos folclóricos e as ciências sociais se apropriaram da literatura de cordel com vistas a legitimar diferentes projetos de saber e poder. Neste sentido serão problematizadas as práticas realizadas no âmbito do Movimento Folclórico Brasileiro, ação intelectual que começa a ser gestada a partir do final do século XIX, que alcança maior visibilidade a partir da década de 1920 com os trabalhos de João Ribeiro, Leonardo Mota, Gustavo Barroso, Rodrigues de Carvalho, Mário de Andrade e Câmara Cascudo. Serão problematizadas, também, as iniciativas da Fundação Casa de Rui Barbosa e do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. A análise se debruça sobre intelectuais e instituições que estabeleceram as bases para a institucionalização dos estudos sobre a literatura de cordel por meio de uma série de iniciativas: retirada do caráter anônimo deste gênero literário através do cotejo de autores e obras; fomento ao colecionamento; criação de arquivos; elaboração de um projeto editorial e produção de teses e dissertações. A pesquisa se aproxima da história dos conceitos como campo de investigação e entende que o ofício do historiador é marcado pela atitude reflexiva diante das evidências documentais e dos conceitos, situando a produção do conhecimento histórico enquanto prática eminentemente historiográfica. O exame da produção bibliográfica (livros, opúsculos e artigos), da documentação epistolar e da produção acadêmica permitirá desnaturalizar os significados atribuídos a literatura de cordel ao longo do tempo, bem como, compreender as tensões, conflitos e diferentes projetos políticos e culturais implicados na monumentalização do folheto e na patrimonialização do cordel pelo IPHAN em 2018.

**Palavras-chave:** literatura de cordel; arquivos; historiografia

### ABSTRACT

This research aims to investigate the institutionalization of cordel literature as a field of study in Brazil. The intention is to analyze how folkloric studies and social sciences appropriated cordel literature in order to legitimize different projects of knowledge and power. In this sense will be problematized the practices performed within the Brazilian Folkloric Movement, intellectual action that begins to be gestated from the late nineteenth century, which reaches greater visibility from the 1920s with the works of João Ribeiro, Leonardo Mota, Gustavo Barroso, Rodrigues de Carvalho, Mário de Andrade and Câmara Cascudo. The initiatives of the Casa de Rui Barbosa Foundation and the Institute of Brazilian Studies of the University of São Paulo will also be discussed. The analysis

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa está em andamento como parte do estágio pós-doutoral no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo, sob orientação do professor Paulo Teixeira Iumatti.

focuses on intellectuals and institutions that laid the foundations for the institutionalization of cordel literature studies through a series of initiatives: removal of the anonymous character of this literary genre through the collation of authors and works; promotion of collecting; file creation; preparation of an editorial project and production of theses and dissertations. The research approaches the history of concepts as a field of investigation and understands that the historian's craft is marked by a reflective attitude towards documentary evidence and concepts, situating the production of historical knowledge as an eminently historiographical practice. Examination of bibliographic production (books, pamphlets and articles), epistolary documentation and academic production will allow to denaturalize the meanings attributed to cordel literature over time, as well as to understand the tensions, conflicts and different political and cultural projects involved in the monumentalisation of the leaflet and the patrimonialization of the cord by IPHAN in 2018.

**Keywords:** cordel literature; files; historiography

### **A poesia em versos, a literatura popular e o movimento folclórico brasileiro**

No dia 13 de fevereiro de 1920, no Teatro José de Alencar, na cidade de Fortaleza, o escritor Leonardo Mota apresentou a conferência intitulada “Cantadores”. A palestra tratou do *desafio*, gênero da poesia em versos em que duplas de poetas disputam ao som da viola um duelo verbal chamado de *peleja* (MOTA, 1976, p. 32). Difundida no Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte desde a segunda metade do século XIX, a peleja até aquele momento ainda era pouco conhecida das elites intelectuais e políticas da época. Na peleja os cantadores almejam o reconhecimento do público e a vitória sobre o oponente através da habilidade poética e obediência rigorosa à determinadas formas de composição próprias ao gênero: *quadrão*, *gabinete*, *galope*, *embolada*, *mourão* e *sextilha*. Além das formas de composição dos versos, o estudo apresentou informações biográficas acerca de alguns dos mestres do desafio - Cego Sinfrônio, Cego Aderaldo, João Mendes de Oliveira, Francisco Romano e Inácio da Catingueira – retirados do anonimato pela primeira vez no Brasil graças ao trabalho de campo realizado por Leonardo Mota no interior do Ceará.

Em agosto de 1921 Leonardo Mota viajou para o Rio de Janeiro quando proferiu a palestra “Musa matuta”, no salão nobre da Biblioteca Nacional, em evento promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (MOTA, 1976, p. 28). Nos dias seguintes proferiu palestra no salão nobre do Jornal do Comércio quando dentre os

presentes se encontravam os deputados Melo Franco e Moreira da Rocha, além dos escritores Humberto de Campos e Gustavo Barroso. Dias depois foi recebido por Rui Barbosa para quem apresentou uma síntese de seus estudos. O presidente da República, Epitácio Pessoa, o recebeu em sua casa e assistiu à explanação de Leonardo Mota sobre a poesia em versos. Em sua passagem pelo Rio de Janeiro, Leonardo Mota proferiu palestra no Cine-Teatro República e declamou versos compostos pelos poetas cearenses na “vesperal do Ceará”, evento realizado no Cine-Teatro Trianon, em companhia de Gustavo Barroso. Uma nota publicada na edição de 28 de abril de 1925 do Jornal do Brasil informa que Leonardo Mota proferiu palestra na inauguração do ginásio de esportes do clube Fluminense. De acordo com a matéria do Jornal do Brasil, a palestra intitulada “*Ao pé da viola*” se referia a “literatura humorística do nosso sertão”.

Se colocando como mediador entre os poetas do sertão e as elites intelectuais e políticas, Leonardo Mota assume a investigação sobre a poesia em versos como uma missão e se define como “judeu errante do folclore nacional” (MOTA, 1976, p. 35). Anos depois, num artigo publicado no jornal *O Povo*, de Fortaleza, Leonardo Mota confessa:

Nasci para viver de lápis em punho, a registrar as inconfundíveis maneiras de falar e de poetar dos sertanejos de meu País. Para desmoralizar a lenda do jecatutismo derrotista, inventado pelos literatos de beira mar. Não foi para outra coisa que Deus consentiu que eu nascesse. (apud MOTA, 1976, p. 35).

As iniciativas de Leonardo Mota fazem parte de um conjunto de procedimentos adotados por sucessivas gerações de intelectuais de que integraram o movimento folclórico brasileiro. Ao contrário da periodização proposta por Luís Rodolfo Vilhena (1997), ao situar o início do movimento folclórico em 1947 quando tem início os trabalhos da Comissão Nacional de Folclore, concordamos com a perspectiva de análise do historiador Ewerton Wirley ao afirmar que o movimento folclórico brasileiro “não esteve estritamente ligado ao período de atuação da Comissão Nacional de Folclore, mas de um processo de discussões promovidas pela *intelligentsia* brasileira em torno do folclore desencadeado desde o final do século XIX” (BARROS, 2018, p. 16).

Em 1848 o aparecimento da palavra folclore como sinônimo de “saber do povo” pretendia evidenciar a singularidade cultural dos povos e dar conta deste domínio particular relativo a um conjunto de saberes, crenças e formas de expressão caros à constituição das nações. A recolha de canções, contos tradicionais, poemas e narrativas

orais realizadas pelos irmãos Jacob e Wilhelm Grimm se converteu numa missão salvacionista exemplar ao tempo em que os vocabulários *povo* e *nação* começam se constituir enquanto conceitos. No seu ensaio sobre os estudos folclóricos realizados no Brasil a partir do século XIX, Renato Ortiz aponta a influência do filósofo alemão Johann von Herder para quem a língua possui a propriedade de amalgamar a sociedade ao tornar possível a transmissão da cultura entre gerações e, assim, conferir unidade a uma nação (ORTIZ, 1992, p. 23). Para Herder, a chamada “poesia da natureza” (criação espontânea dos camponeses) se opõe a “poesia da arte” (produção intelectual e racional de indivíduos letrados). A poesia da natureza seria a verdadeira expressão do “espírito do povo”, da “alma” da nação (MATOS, 1999).

O interesse dos intelectuais brasileiros pela poesia em versos cantada e declamada nos alpendres das fazendas de gado ganhou novos contornos a partir do Segundo Reinado quando românticos e folcloristas travam o primeiro debate acerca da chamada “poesia popular” na formação da literatura nacional (ORTIZ, 1992). A tarefa de identificar os elementos constituintes da identidade nacional se torna mais complexa uma vez que o caso brasileiro impunha dificuldades específicas no contexto de uma formação cultural marcada pela diversidade de povos, línguas, tradições e costumes. A literatura passa a ser pensada como um dos principais elementos a conferir a amálgama necessária a uma sociedade esgarçada pela colonização e pela escravidão. A partir de 1870, quando as defesas da abolição e da república começam a pautar os debates e a produção intelectual, o investimento analítico se volta para o exame das fontes documentais que atestam a presença do povo, substituindo o ponto de vista indianista por um olhar mais atento a figura do sertanejo e de sua produção literária. Os trabalhos de Celso de Magalhães (*Estudos de poesia popular*, 1873), José de Alencar (*O nosso cancionero*, 1874) e Sílvio Romero (*Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, 1888).

Neste sentido, é importante compreender o interesse pelos estudos da poesia em versos numa perspectiva temporal mais ampla, tomando como ponto de partida a emergência de uma nova ordem social a partir do século XVIII que introduz o tema da língua e da literatura como elementos constitutivos na formação das nações modernas. O problema da relação entre literatura e sociedade se estende ao Brasil, especialmente após 1822, quando são realizados os primeiros estudos sobre a literatura brasileira e suas

implicações na formação da identidade nacional. A emergência da cantoria como prática cultural e a formação de um sistema editorial próprio para a difusão da poesia em versos ocorreu ao tempo em que o conceito de folclore começa a mobilizar intelectuais brasileiros no início do século XX. Desde então a literatura considerada “popular” (definida como uma criação coletiva e anônima transmitida através das gerações) aparece como objeto de interesse de diversos movimentos intelectuais e de instituições, resultando numa extensa produção intelectual e numa série de iniciativas coletivas de colecionamento e salvaguarda.

Distante do cosmopolitismo citadino, a poesia em verso e seus autores atrai cada vez mais interesse de estudiosos que se lançaram na recolha de trovas, contos, cantos e poemas recolhidos da oralidade a partir de um projeto intelectual em comum: o interesse pelo folclore. Para Renato Ortiz, o interesse pelo folclore possui correlações com um contraponto ao Estado centralizador por intelectuais excluídos nos circuitos consagrados pela corte. O folclore passa a ter importância estratégica para uma elite local que se sente ameaçada em seu poder e prestígio que busca “reequilibrar seu capital simbólico através da valorização do regional” (ORTIZ, 1992, p. 68). Como reitera Nestor Garcia Canclini, os estudos do popular possibilitaram “a esses intelectuais afirmar-se profissionalmente frente a um sistema moderno de produção cultural, do qual se sentem excluídos” (CANCLINI, 2008, p. 212).

As pelejas cantadas de improviso se tornaram uma prática cultural cada vez mais sofisticada (em face das normas e rituais que passam a cercar as apresentações dos cantadores) e popular. Ao final do século XIX se inicia a produção de narrativas em verso com as características editoriais do folheto de cordel, adaptando para a narrativa em verso o repertório do romanceiro português. Por outro lado, os jornais também passam a acompanhar o interesse do público e as glosas em verso são reproduzidas amiúde nos periódicos.

A presença da poesia em versos nos periódicos das pequenas cidades e vilas no início do século XX contribuiu decisivamente para a formação de um público leitor para este gênero literário. O fim da interdição à impressão de livros 1822 havia favorecido as condições técnicas graças às quais os poetas conseguiram transpor as narrativas da oralidade para o suporte do livro. O acesso a máquinas impressoras – os chamados

“prelos” – permitiu aos poetas se aventurarem na edição e na impressão dos folhetos e constituírem empresas, pequenas editoras, que imprimiam cadernos, orações, almanaques, livros de orações, jornais e folhetos.

De acordo com a pesquisa de Ruth Terra, no período entre 1904 e 1930 foram criadas vinte editoras de folhetos, localizadas nas cidades da Parahyba (atual João Pessoa), Recife, Guarabira, Fortaleza, Maceió, Natal, Belém e Rio de Janeiro. Em 1909 João Martins de Athayde (1880-1959) se tornou o primeiro poeta a se converter em editor, quando se estabeleceu em Recife com uma editora que permaneceu no mercado até 1942. Além de João Martins de Athayde, os poetas Leandro Gomes de Barros (1865-1918), Francisco das Chagas Batista (1882-1930) formam a primeira geração de autores da literatura de cordel a viverem exclusivamente dessa atividade. A diminuição dos custos de produção dos folhetos e o crescimento das vendas, a possibilidade de distribuição através da malha ferroviária que se instalava no início do século XX viabilizaram a difusão desta literatura (TERRA, 1983, p.24). Indivíduos pobres, sem escolaridade, se tornavam poetas e editores de prestígio social em suas comunidades. O acesso a máquinas impressoras – os chamados “prelos” – permitiu aos poetas se aventurarem na edição e na impressão dos folhetos e constituírem empresas, pequenas editoras, que imprimiam cadernos, orações, almanaques, livros de orações, jornais e folhetos. O sucesso comercial acirrou as disputas pelo mercado de folhetos e acusações mútuas de plágio entre os autores. Os folhetos publicados no período trazem uma série de evidências das preocupações com a propriedade intelectual dos poemas – como o uso do retrato do autor na quarta capa dos folhetos - e atestam o desaparecimento do anonimato através da ênfase na autoria individual. (TERRA, 1983).

Nas primeiras décadas do século XX, Rodrigues de Carvalho, Pereira da Costa, João Ribeiro, Leonardo Mota, Mário de Andrade e Câmara Cascudo recolheram poemas, apresentaram a grafia, o vocabulário e os gêneros da poesia em versos. A emergência da cantoria como prática cultural e a formação de um sistema editorial próprio para a difusão da poesia em versos ocorreu ao tempo em que o conceito de folclore começa a mobilizar intelectuais brasileiros no início do século XX. Os folcloristas se esforçam em construir métodos próprios de investigação que assegurassem a fidelidade ao texto recolhido da oralidade. Cursos de folclore começam a ser

ministrados na capital do País. Em 1913 João Ribeiro realiza na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, a primeira iniciativa neste sentido. As conferências são publicadas em 1919 sob o título *Folclore: estudos de literatura popular* em que o folclorista ressalta a preocupação com o rigor metodológico e a filiação das pesquisas folclóricas brasileiras à cultura histórica alemã, especialmente inspirado na perspectiva das “ideias elementares” (*elementargedanken*) de Adolf Bastian. Para João Ribeiro, a “alma do grupo, alma da raça, é o fundo comum e a camada primogênita que explica e define o caráter especial de cada povo, no seu tríplice aspecto psíquico, antropológico e histórico” (RIBEIRO, 1969, p. 13).

A partir da leitura dos estudos publicados sobre a poesia em versos é possível identificar que os conceitos de “povo” e de “nação” centralizam os debates. A reflexibilidade sobre os conceitos de povo e de nação ressoam no saber produzido a partir da convergência de obras produzidas sob a influência do romantismo, do folclore, do positivismo, da etnografia, do modernismo e do regionalismo. O interesse pela literatura considerada popular não se justifica apenas pelo temor do desaparecimento das tradições camponesas perante a industrialização, mas em razão dos usos políticos da valorização do popular enquanto capital simbólico na formulação de distintos projetos de identidade nacional em disputa no País.

### **O colecionamento, a constituição de acervos e a institucionalização das pesquisas**

A partir da década de 1930, com o reordenamento do Estado brasileiro após a ascensão de Getúlio Vargas, o investimento analítico nos objetos e práticas definidos como populares ocupam papel estratégico na “modernização conservadora” movida pelo projeto varguista, tal como assinala Lúcia Lippi de Oliveira (1982). A criação do Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), do Instituto Nacional do Livro (INL) e do Conselho Nacional de Cultura, bem como da regulamentação da radiodifusão, integram as primeiras iniciativas de formulação de uma política de estado que busca o controle social por meio da apropriação dos bens culturais (CALABRE, 2007).

Em São Paulo a fundação da *Sociedade de Etnografia e Folclore*, criada em 1937 durante a gestão de Mário de Andrade como diretor do Departamento de Cultura da

Prefeitura de São Paulo, congregou diversas iniciativas com vistas a promover a investigação sobre as populações ameríndias, seus deslocamentos, rituais e formas de expressão sob o prisma do interesse pelo “primitivo” e pelo “popular”. O interesse de Mário de Andrade era “recolher com seriedade e de maneira mais completa o que esse povo guarda e rapidamente esquece, desnortado pelo progresso invasor” (ANDRADE, apud LIMA, 2001, p. 4).

Em torno da SEF se reuniam professores e alunos dos cursos superiores de Ciências Sociais da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, criada em 1933, e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. A perspectiva etnográfica, a partir das ideias de Marcel Mauss, orientava a ação intelectual de Dina Lévi-Strauss, responsável pelo Curso de Etnografia mantido pela Sociedade de Etnografia e Folclore. A interlocução com outros intelectuais acontece por meio da troca de correspondências e da produção do *Boletim na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* (DINIZ, 2010). As reflexões sobre a cultura brasileira problematizada a partir da perspectiva modernista produzem uma inflexão no olhar sobre o folclore, tomado como ponto de partida para uma análise sociológica em que a incorporação do negro e a mestiçagem aparecem como questões cruciais na interpretação da cultura popular à luz da realidade brasileira.

Em 1939 o lançamento do livro *Vaqueiros e cantadores* (CASCUDO, 1984) marca a atuação intelectual de Câmara Cascudo no sentido de consolidar o folclore enquanto ciência. Numa investigação que toma como ponto de partida as memórias da infância, a própria reminiscência para documentar as permanências do passado no presente, uma definição capital é acionada na apresentação de *Vaqueiros e cantadores*: a literatura oral é apresentada por Câmara Cascudo como a “poesia tradicional sertaneja” (1984, p. 21). Ao contrário da concepção modernista de Mário de Andrade, os conceitos mobilizados por Câmara Cascudo são colocados a serviço de uma perspectiva de identidade nacional na qual a literatura oral seria uma reminiscência de uma cultura feudal, ibérica, reativa à modernidade, acessível ao folclorista e preservada no “Brasil nordestino”. O folclorista afirma que a poesia tradicional sertaneja reproduz, em versos, os romances em prosa trazidos de Portugal pelos colonizadores, a exemplo dos célebres folhetos *História da donzela Teodora*, *História da princesa Magalona*, *Zezinho e*

*Mariquinha, O Príncipe e a fada, Alonso e Marina e O capitão do navio*. A necessidade de pesquisar a preservação do folclore levou Câmara Cascudo a criar em 1941 a Sociedade Brasileira de Folclore, entidade que mobilizou dezenas de intelectuais – dentre os quais Mário de Andrade, Roger Bastide, Artur Ramos e Gustavo Barroso. A intenção era criar uma secção da SEF em cada um dos estados do país e centralizar na cidade de Natal as pesquisas em torno do folclore como expressão mais autêntica da cultura do povo (SALES NETO, 2013).

No entanto, o movimento organizado em 1947 a partir da Comissão Nacional de Folclore, mitigou as pretensões de Câmara Cascudo em expandir a Sociedade Brasileira de Folclore. O movimento era formado por intelectuais de todo o país, no entanto o núcleo mais influente do grupo estava radicado no Rio de Janeiro. Edison Carneiro, Renato Almeida, Théo Brandão, Guilherme dos Santos Neves, Joaquim Ribeiro, Manuel Diégues Júnior, Oneyda Alvarenga, Rossini Tavares de Lima, José Lourenço Fernandes e Oswaldo Rodrigues Cabral se articulam em torno de interesses comuns: desenvolver o estudo e as pesquisas em relação ao folclore nacional; incentivar sua preservação e introduzir o folclore no ensino escolar com vistas a garantir a sua preservação através das futuras gerações (VILHENA, 1996). A Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (1958) criou no Rio de Janeiro a Biblioteca Amadeu Amaral, especializada nos estudos folclóricos. O acervo de literatura de cordel da instituição tem início em 1961 com as coleções de Manuel Diégues Júnior, Renato Almeida, João Ângelo Labanca e Bráulio do Nascimento.

Na esteira do trabalho a ser desenvolvido pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, em 1957 a Fundação Casa de Rui Barbosa deu início aos estudos e pesquisas sobre a literatura de cordel. A partir década de 1960 a instituição, sob a direção do escritor Thiers Martins Moreira (1904-1970), organizou o primeiro plano para divulgação da literatura de cordel a partir do acervo formado a partir das coleções de Manuel Cavalcanti Proença (1905-1966), Manuel Diégues Junior (1912-1991) e Orígenes Lessa (1903-1986). A intenção da Fundação Casa de Rui Barbosa era oferecer um “retrato material do folheto” (1986). A ênfase na dimensão impressa do folheto de cordel – em detrimento das linguagens oral e iconográfica (presentes nas capas) – marcou os rumos do projeto editorial da Fundação. O projeto editorial incluiu a publicação do *Catálogo*

(1961) contendo mil folhetos, de *antologias* (publicadas entre 1964 e 1980), além dos *estudos* (publicados entre 1973 e 1986) contendo prefácios e notas introdutórias. As *antologias* trouxeram a reprodução fac-similar de edições raras de autoria de Leandro Gomes de Barros e de Francisco das Chagas Batista. Com a publicação dos folhetos foi possível identificar a autoria dos folhetos de Leandro Gomes de Barros que haviam sido reeditados por João Martins de Athayde após a compra dos direitos autorais sobre a obra de Leandro Gomes de Barros em 1921.

Em 1968 a Universidade de São Paulo adquiriu o acervo de Mário de Andrade que passou a integrar o arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros. Dentre a vasta quantidade de documentos adquiridos, o arquivo do IEB passou a contar com o Fundos Villa-Lobos bem como a coleção de Literatura de Cordel do próprio Mário de Andrade, que constituem o início de um acervo específico de Literatura de Cordel adquirido pelo IEB ao longo de cinco décadas. A partir de 2012, como parte das ações de salvaguarda sugeridas ao longo do inventário para o registro da Literatura de Cordel como patrimônio cultural pelo IPHAN, o arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP sistematizou as informações contidas na maior parte dos acervos de Literatura de Cordel existentes no país e no exterior. O resultado deste trabalho foi disponibilizado para consulta pública em 2018 através do Portal de Literatura de Cordel.

A permanência do gênero no Brasil suscitou a atenção de pesquisadores de outros países que se debruçaram sobre a literatura de cordel e contribuíram para a ampliação do campo de pesquisas e para a produção acadêmica. Na década de 1970 jovens pesquisadores estrangeiros vieram para o Brasil a fim de realizarem pesquisas sobre a literatura de cordel à nível de pós-graduação. É neste momento que os pesquisadores Candace Slater, Marc Jay Curran, Idellete Muzart Fonseca dos Santos, Joseph Maria Luyten (1941-2006), Eno Teodoro Wanke (1992-2001) iniciam suas atividades no Brasil e uma longa produção bibliográfica sobre o tema.

Ao final dos anos 1960, com o surgimento dos cursos de pós-graduação, ocorre um deslocamento nos estudos acerca da literatura de cordel no País, com a realização das primeiras dissertações e teses que partem do cordel para problematizar a questão da identidade nacional, emblemática no momento em que o marxismo se configura como perspectiva teórica na avaliação do fracasso da revolução brasileira e na

discussão sobre as distinções entre a cultura do povo e a cultura popular. As universidades possibilitaram a produção de pesquisas em diversos campos (filologia, linguística, jornalismo, literatura comparada, teoria literária, sociologia e antropologia) que partiram da Literatura de Cordel para discutir o significado destas expressões para a luta política em curso no país. Mais precisamente, cabe mencionar a inflexão promovida pelos trabalhos de Antônio Augusto Arantes (apresentado originalmente em 1978), Ivan Cavalcanti Proença, Mauro William Barbosa de Almeida (1979), Jerusa Pires Ferreira (1979) e de Ruth Brito Lemos Terra (apresentado em 1979), quando os debates teoricamente situados na clava das Ciências Sociais acentuam o caráter ambíguo desta literatura, considerada enquanto expressão da uma ideologia dominante ao propagar uma visão conformista da realidade e, por outro lado, identificada como expressão cultural dos subalternos.

O debate conceitual sobre literatura de cordel no Brasil é atravessado por outra inflexão a partir dos anos 1990 quando os efeitos da globalização sobre as práticas culturais de diversos povos pautam a agenda dos debates políticos e científicos. A Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível, promovida pela Unesco em 2003, coloca a preocupação com a salvaguarda da cultura imaterial num sentido antropológico em que a diversidade cultural é pensada em termos mais amplos, contemplando a humanidade em suas relações com o ambiente e o mundo que nos cerca.

A fortuna crítica e intelectual foi mobilizada, mais recentemente, quando o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional reconheceu a literatura de cordel como patrimônio cultural imaterial do Brasil. Este reconhecimento foi o resultado de um longo processo que envolveu diversos agentes – poetas e suas entidades representativas, intelectuais, instituições de pesquisa e o próprio IPHAN.

O desafio é analisar criticamente como ocorre a formação de sociabilidades intelectuais, tendo em vista as trajetórias individuais e seus vínculos com grupos, gerações de intelectuais e tradições de pensamento, observando que estas determinações estão relacionadas com questões de natureza cultural e política. As experiências individuais e de grupos estão marcadas por lutas pela obtenção de prestígio intelectual, por posições sociais distintas e por diferentes projetos políticos. Assim, as ações intelectuais mobilizadas por indivíduos e grupos deixam inúmeros rastros. Cabe buscar interpretar as

conexões entre estes testemunhos, levando em conta a pluralidade das evidências documentais temporalmente situadas.

### Referências:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *O morto vestido para um ato inaugural: procedimentos e práticas dos estudos de folclore*. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. *Folhetos: a literatura de cordel no Nordeste brasileiro*. 1979. 362f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARANTES, Antônio Augusto. *O trabalho e a fala: estudo antropológico dos folhetos de cordel*. Campinas: Kairós, 1982.

ARAÚJO, Valdeci Lopes. História dos conceitos: problemas e desafios de uma leitura da modernidade ibérica. *Almanack brasiliense*, n. 7, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11680>. Data de acesso: 27. Jul. 2019.

BARROS, Ewerton Wirley Silva. Nos enredos do folclore: Luís da Câmara Cascudo no Movimento Folclórico Brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2018.

BARROSO, Gustavo. *Ao som da viola*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP. *Literatura de Cordel. Dossiê de Registro*. Brasília: IPHAN, 2018.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

CARVALHO, Rodrigues de. *Cancioneiro do norte*. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1967.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Vaqueiros e cantadores*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1984.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanços e perspectivas. Anais Eletrônicos. In: III Encontro de Estudos Multidisciplinares de Cultura. 2007, Salvador. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/fcrb/451/2/Calabre,%20L.%20-%20Políticas%20Culturais%20no%20Brasil>. Data de acesso: 02. Jul. 2019.

DINIZ, Igor Mello. Os estudos de folclore e as ciências sociais no Brasil (1930-1940). *Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, dez. 2010, p.132-141. Disponível em: <[www.habitus.ifcs.ufrj.br](http://www.habitus.ifcs.ufrj.br)>. Acesso em: 8 out. 2018.

FAUSTO NETO, Antônio. *Cordel e a ideologia da punição*. Petrópolis: Vozes, 1979.

FERNANDES, Florestan. *O folclore em questão*. 2. Ed. São Paulo, Hucitec, 1989.

FLUMINENSE f. Clube. Tardes Brasileiras. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28, 04, 1928. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_04&pesq=Leonardo%20Mota](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_04&pesq=Leonardo%20Mota). Data de acesso: 01. Jul. 2019.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

- FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Literatura popular em verso*: catálogo. Tomo I. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Ministério da Educação e Cultura, 1961.
- GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-37.
- GONÇALVES, José Reginaldo de Souza. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.
- GULLAR, Ferreira. Cultura posta em questão. *Arte em revista*. Ano 2, número 3, São Paulo, 1980, pp. 83-87.
- LIMA, Lenira Ribeiro. CATÁLOGO DA SOCIEDADE DE ETNOGRAFIA E FOLCLORE. Apresentação. São Paulo: Centro Cultural São Paulo. 2001.
- MAGALHÃES, Celso de. *A poesia popular brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973.
- MATOS, Cláudia Neiva de. Cultura popular e literatura nacional. Os inícios das pesquisas folclóricas no Brasil e a contribuição de Sílvio Romero. *Revista do IPHAN*, nº 28, Brasília: IPHAN, 1999. pp. 14-39.
- MOTA, Leonardo. *Cantadores: poesia e linguagem do sertão cearense*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
- NEMER, Sylvia (org.). *Recortes contemporâneos sobre o cordel*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.
- NORA, Pierre. Memória: da liberdade à tirania. *Musas. Revista Brasileira de Museus e Museologia*, n. 4. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Museus, 2009.
- ORTIZ, Renato. *Românticos e folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Olho d'água, 1992.
- RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RIBEIRO, João. *O folclore*. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1919.
- ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. 2. ed. Petrópolis; Aracaju: Vozes; Governo do Estado de Sergipe, 1977.
- SALES NETO, Francisco Firmino. *Antes da noite: história, memória e escrita de si por Luís da Câmara Cascudo (Natal, 1898-1986)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2013.
- SILVA, Ana Teles. *Na trincheira do folclore: Intelectuais, Cultura Popular e Formação da Brasilidade – 1961-1982*. Tese (doutorado) – UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2015.
- SOARES, Ana Lorym. *Revista Brasileira de Folclore: intelectuais, folclore e políticas culturais (1961-1976)*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História, 2010.
- TERRA, Ruth Brito Lêmos. *Memórias de lutas: a literatura de folhetos no Nordeste (1893-1930)*. São Paulo: Global, 1983. (Coleção Teses, nº 13).
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os Intelectuais e a política cultural no Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.
- VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.